

Sede do Museu do Douro pronta em 2008

**Fundação que vai
gerir nova estrutura
museológica inicia
funções no início do
próximo ano**

As obras de adaptação da Casa da Companhia, o edifício situado na cidade da Régua que o Estado adquiriu em 2004 por 1,7 milhões de euros para a instalação da futura sede do Museu do Douro (MD), terão que estar concluídas, “impreterivelmente”, antes do final de 2008. Esta é, pelo menos, a determinação da ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, que ontem anunciou na Régua que a fundação que vai gerir a futura estrutura museológica, bem como todo o processo de readaptação do edifício pom-balino entrará em funções no início de 2006.

Estes prazos têm uma explicação: o Programa Operacional

da Cultura (POC) e o Programa Operacional do Norte têm uma verba de cinco milhões de euros de fundos comunitários cativa para a instalação da sede do MD, mas para aproveitar este financiamento do III Quadro Comunitário de Apoio é obrigatório que a obra esteja concluída antes do final de 2008. “[A sede] Tem que estar concluída em 2008, não podemos de modo nenhum desperdiçar a inscrição destes cinco milhões de euros que são fundamentais para o MD”, sublinhou Pires de Lima.

A Fundação MD, cujos estatutos e respectivo conselho de administração são hoje aprovados em Conselho de Ministros, tem assim uma missão “urgente” à sua espera: terá que abrir logo no início de 2006 o concurso público de arquitectura para a recuperação e readaptação da Casa da Companhia em sede do museu e lançar de seguida a obra.

Esta fundação, tal como o PÚBLICO adiantou ontem, será presidida por Artur Cristóvão, catedrático da universidade transmontana. Cristóvão e Agostinho Ribeiro, director do Museu de Lamego, serão os dois representantes do Ministério da Cultura no conselho de administração da fundação. Além da tutela, a nova associação conta com a participação das câmaras da região, bem como com 23 instituições públicas e privadas com ligações ao Douro — até agora aderiram ao projecto 17 autarquias (quatro assinaram ontem o acordo de fundadores).

O Estado, na sua qualidade de fundador, contribuirá com metade do capital social da fundação (500 mil euros, entregues em dois anos), bem como com uma verba anual de funcionamento, que começa com 100 mil euros em 2006 e atingirá, dentro de cinco anos, 500 mil/ano. ■ C.P.